

Roney Sandro Freire Corrêa

# **INTEGRANDO O MEIO AMBIENTE AOS INCENTIVOS FISCAIS**

**Critérios Sustentáveis  
para a sua Concessão**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1 A Dimensão Deontológica ante a Sustentabilidade Ambiental .....</b>	<b>11</b>
1.1 O esgarçamento ético na relação histórica do homem com o meio ambiente.....	12
1.2 Ética ambiental: a dimensão ecológica circunscreve a humana.....	17
1.1.1 Ética humana e ambiental à luz de Immanuel Kant .....	18
1.1.2 A ética ambiental x ecológica: contradições entre os paradigmas antropocêntricos e biocêntricos .....	22
1.2.2.1 O biocentrismo igualitário e não igualitário .....	27
1.1.1.2 Antropocentrismo alargado: entre o antropocentrismo e o ecocentrismo.....	29
1.1.2 A ética animal como valor intrínseco.....	29
1.1.3 A ética Ubuntu: a lição africana em respeito à natureza .....	31
1.1.4 O paradoxo ético ecológico nas conferências internacionais sobre o meio ambiente.....	32
1.3 As correntes filosóficas e a natureza: a sustentabilidade como sentido da vida .....	36
1.3.1 Aldo Leopold e a ética da Terra .....	37
1.3.2 O princípio da responsabilidade de Hans Jonas ante os problemas tecnológicos e a ética da solidariedade de Leonardo Boff .....	38

1.3.3 A filosofia ecológica e o movimento <i>deep ecology</i> .....	40
1.1.4 A hipótese Gaia e a bioética: a harmonia do universo posta à prova .....	43
1.3.5 O contrato natural e a nova convivência do homem com a natureza.....	44
1.1.6 As correntes políticas da ecologia à luz de Luc Ferry .....	45
1.1.7 Um repensar ético e sustentável: um novo olhar sobre o planeta.....	47
<b>2 A Dimensão Jurídica da Sustentabilidade Ambiental.....</b>	<b>51</b>
2.1 Os riscos da pós-modernidade e as dimensões da (in)justiça ambiental.....	54
2.1.1 Justiça ambiental <i>versus</i> justiça ecológica: o novo paradigma ....	59
2.1.2 A justiça intrageracional e a necessidade da constante vigilância .....	61
2.1.3 A justiça intergeracional e os desafios do porvir .....	62
2.1.4 A justiça interespécie ou biosférica .....	63
2.2 A inserção do meio ambiente nas constituições e o direito comparado .....	65
2.3 O meio ambiente e o seu reconhecimento normativo constitucional ....	68
2.4 Princípios ambientais que confluem para uma tributação sustentável .....	72
2.4.1 Princípio do direito humano fundamental ao meio ambiente sadio e a tributação sustentável .....	75

4.1.2 Princípio da cooperação exercido na tributação por meio da solidariedade.....	77
2.4.3 Os princípios do poluidor-pagador, do usuário-pagador e do protetor-recebedor.....	78
4.1.4 Princípio da prevenção e da precaução por meio da tributação.....	83
2.4.5 Princípio do direito ao mínimo existencial ecológico: a tributação a serviço da justiça fiscal .....	86
4.1.6 O princípio da sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono .....	91
<b>3 Dimensão Econômica da Sustentabilidade Ambiental .....</b>	<b>97</b>
3.1 A economia clássica a (des)serviço do meio ambiente.....	104
3.1.1 A arquitetura de escolhas e os <i>green nudge</i> : a (ir)racionalidade comportamental do homem para com o meio ambiente .....	107
3.2 As falhas de mercado e os efeitos microeconômicos sobre o meio ambiente .....	111
3.2.1 Pigou: a externalidade como falha de mercado.....	111
3.3 O Teorema de Ronald Coase .....	114
3.4 Do clássico ao ecológico: a governança policêntrica e os sistemas econômicos complexos .....	116
3.5 Economia estacionária, decrescimento econômico ou pós-extratativismo: o pensamento que poderá salvar a humanidade .....	119

3.5.1 O (de)crescimento como fator de desenvolvimento econômico .....	121
3.6 Entre a economia e a crematística: as alternativas para o desenvolvimento sustentável .....	124
3.7 Economia circular: entre a economia clássica e a ambiental pura .....	127
3.8 Instrumentos econômicos de proteção e de preservação do meio ambiente .....	129
3.8.1 Sistemas de depósito-reembolso .....	130
3.8.2A criação de mercados .....	133
3.8.3 Medidas de ajuda financeira .....	134
3.8.4 Tributos ambientais .....	135
<b>4 Incentivos Fiscais em Contraste com o Meio Ambiente .....</b>	<b>141</b>
4.1 A conjugação dos interesses do meio ambiente com o sistema tributário .....	145
4.2 A extrafiscalidade ambiental e os incentivos fiscais .....	147
4.2.1 A extrafiscalidade a serviço do meio ambiente ecologicamente sadio .....	150
4.2.2 A extrafiscalidade e as sanções premiais .....	153
4.3 Os incentivos fiscais: formalidades e funcionalidades .....	155
4.3.1 O impacto dos incentivos fiscais no estado brasileiro: um histórico descoordenado .....	156
4.3.2 Benefícios e incentivos fiscais: definições e contradições à margem do meio ambiente .....	160

4.3.3 A finalidade concessória dos incentivos fiscais.....	166
4.3.4 Forma: a lei em sentido estrito e o dever de observância orçamentário.....	167
4.3.5 Princípios tributários e meio ambiente .....	168
4.3.5.1 Princípio da legalidade e da tipicidade tributária.....	168
4.3.5.2 Princípio da isonomia tributária e da neutralidade tributária.....	169
4.4 Incentivos fiscais: a inobservância de critérios ambientalmente favoráveis.....	171
4.4.1 Incentivos fiscais destinados ao agro: não é <i>tech</i> , não é pop, mas é altamente tóxico.....	172
4.4.2 O setor automotivo na contramão do desenvolvimento sustentável .....	179
4.4.3 As mineradoras e o rompimento das barragens tributárias.....	184
<b>5 Pegadas Ambientais Integradas: Um Critério Taxonômico para a Concessão de Incentivos Fiscais Sustentáveis .....</b>	<b>189</b>
5.1 Indicadores de aferição da sustentabilidade: destaque para as pegadas ambientais integradas.....	191
5.1.1 A metodologia e as variáveis das pegadas ambientais .....	199
5.1.2 A memória e o cálculo das pegadas ambientais .....	201
5.1.3 Críticas e considerações às pegadas ecológica, hídrica e de carbono .....	204
5.2 Índices ambientais integrados como critério para a concessão dos incentivos fiscais .....	206

5.2.1 A metodologia para o cálculo das pegadas ambientais integradas.....	208
5.3 Os incentivos fiscais a serviço do desenvolvimento ecossustentável.....	212
5.3.1 O caso dos painéis de energia fotovoltaica: o sol não nasce para todos.....	213
5.3.1.1 Os aspectos normativos e regulatórios do mercado fotovoltaico.....	215
5.3.1.2 Os incentivos fiscais como aparato do desenvolvimento sustentável .....	217
5.3.2 Resíduos sólidos urbanos: a reciclagem faz do lixo um luxo.....	219
5.3.2.1 Incentivos fiscais aos resíduos sólidos em prol do desenvolvimento sustentável: o caso dos países europeus ...	222
5.3.2.2 Incentivos fiscais aos resíduos sólidos: a letargia nos países latino-americanos .....	223
5.3.3 Incentivos fiscais para uma construção sustentável .....	227
5.4 A validação do modelo: a hipótese aplicada às culturas agrícolas ....	230
<b>Conclusão .....</b>	<b>239</b>
<b>Referências.....</b>	<b>245</b>
<b>Anexo I.....</b>	<b>279</b>
<b>Material Complementar – Apêndices e Anexos .....</b>	<b>287</b>